



## destaques do mês

### Governo anuncia R\$ 133 bilhões em concessões de ferrovias e rodovias

O Governo Federal anunciou investimentos na parte de ferrovias e rodovias do Programa de Investimentos em Logística com projeção de valor total de R\$ 133 bilhões para serem aplicados até 2037. Desse total, R\$ 79,5 bilhões deverão ser investidos nos próximos cinco anos, sendo R\$ 23,5 bilhões no caso de rodovias e R\$ 56 bilhões em ferrovias. Serão, no total, 7,5 mil km de rodovias concedidas e 10 mil km de ferrovias. As rodovias serão concedidas a empresas que oferecerem o menor pedágio, nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. O Governo também anunciou a criação de uma empresa de planejamento logístico que vai ser responsável pelo planejamento de longo prazo dos transportes no País. Para cuidar desse programa, o Ministro dos Transportes, Paulo Passos, informou a criação da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) em substituição à Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (Etav). A EPL ficará sob responsabilidade de Bernardo Figueiredo. No caso das ferrovias, será alterado o conceito pelo qual o Governo sempre trabalhou. Agora, não será exclusividade da Estatal Valec a construção de trilhos. Segundo Passos, o Governo contratará a construção e a manutenção, bem como operação de trechos. A Valec vai comprar a capacidade de transportes das ferrovias construídas, fazendo ofertas públicas de capacidade dessas ferrovias, assegurando direito de passagem dos trens em todas as malhas, dentro da perspectiva de modicidade tarifária. O programa tem como metas tornar a logística nacional mais eficiente combinada com custos menores para os usuários. (15.08.2012 – Folha de São Paulo).

### Marinha valida apenas uma de 13 obras de dragagem nos portos

Quatro anos depois do lançamento do Programa Nacional de Dragagem, os navios ainda não podem usufruir das melhorias previstas. Apesar de o Governo divulgar que 13 obras estão concluídas, a Marinha brasileira, por enquanto, só validou a que foi feita em uma das áreas do porto de Suape (PE). A homologação da Marinha é obrigatória para liberar o tráfego de embarcações de maior calado. O investimento feito nos 13 empreendimentos do Programa atingiu R\$ 1,2 bilhão. As profundidades dos portos são fixadas pela Marinha por meio de levantamento hidrográfico. Somente depois de validado é que o levantamento pode ser utilizado como subsídio à decisão da Marinha para alterar os parâmetros operacionais dos portos. O aprofundamento dos portos é essencial para atrair embarcações de maiores dimensões (calado, extensão e largura). Quanto maior a embarcação, maior a diluição de custo e conseqüente redução de preço na movimentação de cargas. As dragagens integram uma lista de 29 obras de aprofundamento e alargamento de portos espalhadas por 13 Estados. O temor entre empresários

## painel

### ■ ANTT marca primeiro leilão do trem-bala para o dia 29 de maio de 2013

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) divulgou a minuta do edital para o leilão de construção e concessão do TAV. O documento prevê que as empresas interessadas em participar da licitação devem entregar suas propostas até o dia 30 de abril de 2013. O leilão, então, ocorrerá no dia 29 de maio de 2013. A minuta do edital vai passar por consulta pública que ocorre até o dia 24 de setembro deste ano. Mais informações:

[www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br)

### ■ MME institui novas regras para aumentar competição no biodiesel

Os produtores de biodiesel poderão dar lances pela internet nos próximos leilões de biodiesel. A medida faz parte das mudanças feitas pelo MME no modelo dos leilões. Ao todo são três mudanças, implementadas a partir de sugestões de produtores. Mais informações:

[www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br)

ligados ao comércio exterior é que os portos sofram assoreamento até a validação das novas profundidades pela Marinha e as dragagens tenham de ser refeitas. O porto de Itajaí (SC), o segundo do País em movimentação de contêineres, corre esse risco. A SEP diz não considerar a possibilidade de refazer as dragagens. Questionada por que considera que as obras foram concluídas, se as novas profundidades não podem ser usadas, a Secretaria informou que o objeto da contratação foi cumprido, a obra foi executada, concluída, medida, fiscalizada e feita a batimetria (medição da profundidade). Segundo a assessoria da SEP, o Ministro dos Portos, Leônidas Cristino, já entrou em contato com a Diretoria de Portos e Costas da Marinha para nivelar e agilizar os procedimentos. (20.08.2012 – Valor Econômico)

## Governo espera queda de 30% no preço do frete em ferrovias

O Governo espera uma queda de pelo menos 30% no preço médio do frete cobrado no País com o novo modelo de expansão de 10 mil km da malha ferroviária. Essa redução diminuirá o custo Brasil e reforçará o potencial das exportações brasileiras, segundo José Eduardo Castello Branco, Presidente da Valec. Em alguns trajetos, a maior extensão dos trilhos também estimularia a pressão por menores custos no transporte rodoviário, graças à concorrência. Em média, um exportador de soja do Mato Grosso paga cerca de US\$ 100 para transportar uma tonelada do produto até o porto de Santos. Na visão do Governo, esses valores são muito altos e devem cair com a quebra do monopólio no uso das ferrovias. A expansão das ferrovias ainda reduziria o valor geral dos transportes nacionais à medida que pode demandar carga das rodovias. Segundo Castello Branco, principalmente em linhas onde a demanda atual não parece significativa, como Belo Horizonte/Salvador ou São Paulo/Mafra/Rio Grande, a Valec poderá fornecer via *leasing* vagões do estilo *piggyback*. Esses vagões recebem a carroceria de um caminhão e levam a carga via trem até outra localidade, onde a carroceria é conectada a outro caminhão, que a levará até o destino final. Esse modelo poderia aliviar parte da carga que circula pela rodovia Régis Bittencourt, por exemplo, no trajeto entre São Paulo e o Rio Grande do Sul. O projeto das ferrovias trata-se na prática, de uma Parceria Público-Privada (PPP). O Governo, via Valec, vai comprar a totalidade da capacidade da ferrovia, para, posteriormente, repassar ao mercado de transporte. Mesmo que não haja demanda, o Tesouro Nacional concordou em pagar pela capacidade comprada pela Valec que não for usada. (17.08.2012 – O Globo)

## Governo estuda novas regras para concessões de energia

No pacote de novas regras para concessões de infraestrutura, o setor de energia tem sido alvo de debates. A gestão da Presidente Dilma Rousseff quer reduzir o custo da energia. Para isso, além de retirar tributos federais, estuda mudar a lei para permitir a renovação das atuais concessões de hidrelétricas. Pela legislação, quando os contratos vencerem a partir de 2015, as empresas deveriam devolver as

### ■ Definida audiência pública da BR-116 em Minas

A ANTT abre audiência pública para recebimento de sugestões e contribuições aos estudos de viabilidade técnica e econômica para concessão da rodovia BR-116 (Rio-Bahia) no trecho mineiro. A participação dos interessados pode ser feita pelo site da Agência até o dia 21 de setembro. Mais informações: [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br)

usinas à União. Para permitir que as atuais concessionárias mantenham o direito de explorá-las, o Governo quer que elas reduzam o preço da energia já a partir do próximo ano. Com o pacote completo, técnicos do Governo estimam uma tarifa até 30% mais barata. Para as indústrias, no entanto, novos leilões baixariam ainda mais o custo, chegando até a 50%. O argumento é que as usinas têm, em média, 56 anos, e os investimentos já foram amortizados. (08.08.2012 - Folha de São Paulo)

## Novas regras reduzem riscos do TAV

As novas regras de licitação do Trem de Alta Velocidade (TAV) reduziram substancialmente os riscos das empresas. A escolha do operador será definida por um critério que estabelece a melhor relação entre o valor de outorga oferecido pelo investidor e o menor custo de investimento que a empresa exigir para a construção da infraestrutura da ferrovia. O mecanismo definirá uma nota de classificação para cada uma das propostas feita ao Governo. A taxa interna de retorno para o investidor será de 6,32%. Para a ANTT, estão afastados os riscos de demanda porque o concessionário pagará pelo uso da infraestrutura. Isso quer dizer que se não houver passageiros, a empresa pode reduzir o ritmo da operação do trem. O concessionário terá de respeitar uma frequência mínima operacional de três trens em circulação no horário de pico e de um trem a cada 40 minutos. Estudos apontam que o TAV absorverá cerca de 50% da demanda do tráfego aéreo. (24.08.2012 – Brasil Econômico)

## Empresas estatais investiram apenas 20% do orçamento até junho

No primeiro semestre, as empresas estatais executaram só 19,7% do orçamento de investimento previsto para 2012, excluindo a Petrobras e suas subsidiárias. A lentidão nos gastos afeta estatais de áreas estratégicas para a infraestrutura e a prestação de serviços, como Infraero, Eletronuclear, Telebrás e seis companhias docas. Em todas elas, os desembolsos se mantiveram abaixo de 20% do orçamento autorizado para o ano. Geralmente, a dificuldade em gastar esbarra em problemas já conhecidos, como a demora nos processos de licitação. Um exemplo disso pode ser visto na Eletronuclear, que tem R\$ 2,6 bilhões para investir neste ano, mas só conseguiu aplicar 8,4% dos recursos até junho. (13.08.2012 – Valor Econômico)

## Empresas terão corte de imposto para investimentos em PPPs

O Governo Federal cortou tributos sobre as Parcerias Público-Privadas (PPPs) e ampliou a possibilidade de Estados e Municípios utilizarem esse instrumento. As mudanças, feitas pela Medida Provisória (MP 575), fazem parte do pacote de estímulos ao investimento que a Presidente Dilma Rousseff anunciou em agosto. As mudanças nas normas das PPPs deverão beneficiar, por exemplo, a construção de metrô e outros projetos de mobilidade urbana, segundo informou a chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Esther Dweck. Embora haja especulações que PPPs poderiam ser utilizadas em aeroportos, essa decisão não está tomada. O principal objetivo da MP foi livrar de tributos federais parte dos pagamentos feitos pelo Poder Público ao sócio privado. Pelo texto, os valores

entregues às empresas que sejam utilizados para construção e compra de bens ficarão livres do Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e de Financiamento à Seguridade Social (Cofins). (08.08.2012 – O Estado de São Paulo)

## Carga em contêiner deve dobrar até 2021

De acordo com o estudo "Portos 2021 - Avaliação de Demanda e Capacidade do Segmento Portuário de Contêineres no Brasil", elaborado pelo Instituto de Logística e Supply Chain (ILOS) a pedido da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público (Abratec), a carga transportada por contêineres nos portos brasileiros deve dobrar em dez anos. O setor tende a crescer 7,4% ao ano até 2021. A expansão vai fazer com que o volume de contêineres possa atingir 14,7 milhões de TEUs em 2021, 90% a mais do que em 2011, quando o País movimentou 8,2 milhões de TEUs. A alta será acompanhada por um aumento de capacidade suficiente para atender a demanda no período. Os investimentos para acompanhar o mercado podem superar R\$ 10 bilhões nos terminais de contêineres de uso público. Dos cerca de R\$ 10 bilhões que podem ser aplicados nos terminais de contêineres de uso público em dez anos, R\$ 3,5 bilhões estão aprovados para o período 2012-2016, afirma a Abratec. Há ainda, de acordo com a entidade, previsão de R\$ 1 bilhão para a construção de dois terminais em Suape (PE) e Manaus (AM), além de R\$ 6 bilhões em perspectiva de investimento para o período 2016-2021. O estudo mostrou que o Nordeste é a região do País que deverá ter o maior crescimento na movimentação de contêineres com uma taxa média anual de 8,9% até 2021. Em segundo lugar fica Manaus, com 8%. A conclusão do trabalho é que os portos poderão ter capacidade para atender a demanda até 2021 se forem executadas as adequações e expansões autorizadas pelas respectivas autoridades portuárias e empresas públicas encarregadas na administração dos portos, as companhias docas. (28.08.2012 – Valor Econômico)

## MP impede falência de concessionárias

Com a Medida Provisória 577, o Governo impedirá que as concessionárias do setor elétrico recorram à recuperação judicial e pavimentará o caminho para uma intervenção direta da União em empresas que enfrentam dificuldades financeiras. "As elétricas estarão sujeitas agora a uma regulamentação mais rigorosa, que lembra a adotada para os bancos", afirma Alexandre Faraco, sócio do escritório de advocacia Levy Salomão. O objetivo da MP 577 é evitar que se repitam casos como o da Celpa, distribuidora de energia do Pará controlada pelo grupo Rede Energia e que está em processo de recuperação judicial. O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, argumentou que a MP apenas tornou possível a intervenção, com maior fluidez, do poder público nas concessionárias de energia elétrica. "Não temos a intenção de ferir contratos. O Brasil tem tradição de cumprir-los", garantiu o ministro. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) anunciou a intervenção em oito distribuidoras do grupo Rede Energia, devido a problemas financeiros e a quedas no fornecimento de energia. Segundo o diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner, é a maior intervenção já feita pelo governo no setor elétrico. As distribuidoras sob intervenção são a Cemat (MT), Celtins (TO), Enersul (MS), CFLO (que atende municípios do Paraná) e mais quatro que atuam em municípios paulistas (Cauiá, Bragantina, Vale Parapanema e CNEE). Juntas, atendem 3,1 milhões de unidades consumidoras. (03.09.2012 – Brasil Econômico)

# 1. Energia Elétrica

Até o fechamento desta edição, a ANEEL não havia homologado os dados a partir de julho de 2012 para previsão de entrada em operação (Seção 1.1 do Relatório). Seguem as últimas informações disponíveis.

## 1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

### Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de junho de 2012 até 31 de dezembro de 2016

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	2.209	3.612	1.323	2.302	4.039	13.485
Otimista	2.209	3.642	1.323	2.302	4.039	13.515

Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	2.166	1.075	1.029	1.350	0	5.620
Otimista	2.188	2.531	1.772	2.050	0	8.541

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	1.774	1.461	108	328	0	3.670
Otimista	2.234	3.169	2.710	1.467	16	9.596

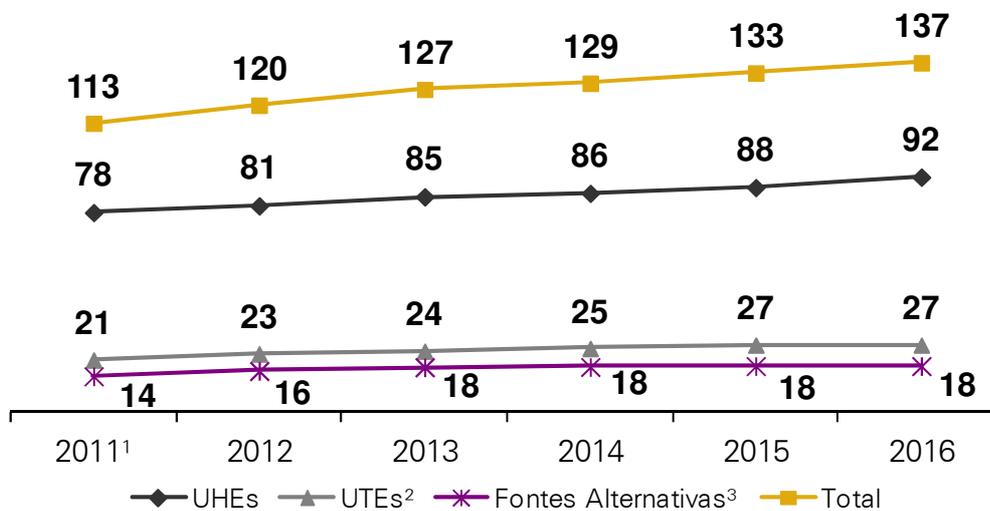
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	6.149	6.148	2.459	3.980	4.039	22.776
Otimista	6.631	9.342	5.805	5.819	4.055	31.652

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)  
 Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.  
 Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 3,2% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2016.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 31,7 mil MW no período 2012-2016. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,7% ao ano.

### Previsão da Capacidade Instalada\* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

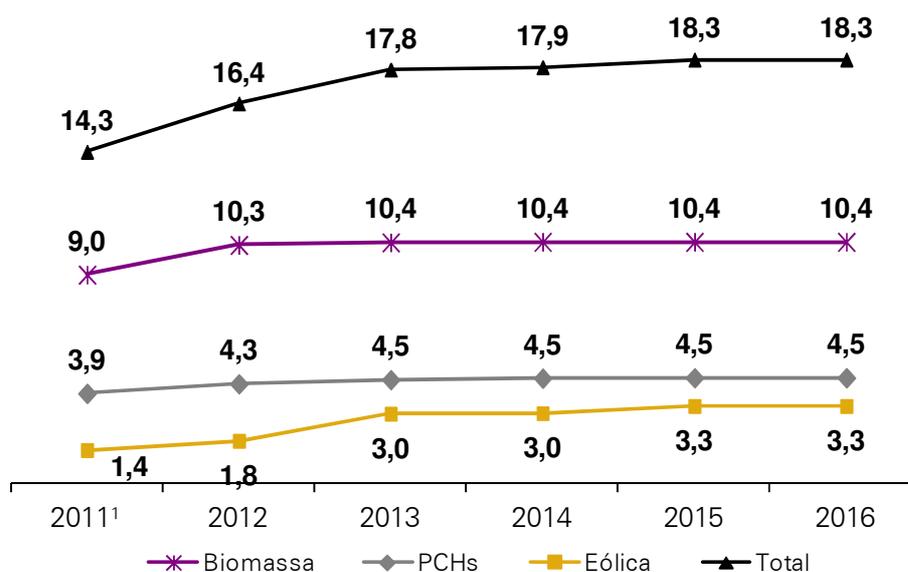
<sup>1</sup> Capacidade Instalada em 31/12/2011.

<sup>2</sup> UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

<sup>3</sup> PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

\* Exclui Centrais Nucleares.

### Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

<sup>1</sup> Capacidade Instalada em 31/12/2011.

Entre 2012 e 2016, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 18% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTEs), também no cenário conservador, deve ser de 28% no mesmo período.

Em dezembro de 2011, as UHEs representavam 69% da capacidade total instalada e em 2016 deverão representar 67%. A participação na capacidade total instalada das UTEs deve aumentar de 18% para 19%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer em 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve permanecer em 3% em 2016.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2016, deve ser de 2%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2012, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 6,2% e 2,1%.

### 1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2016, uma apresenta restrição para a contratação de 30 MW: Salto Curucaca (PR). No cenário conservador, 13,5 mil MW devem entrar em operação até 2016.

Em relação às termelétricas, apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação no cenário otimista, de 14,1 mil MW até 2016, apenas 5,6 mil MW (40%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

A usina hidrelétrica de Santo Antônio conta com quatro unidades geradoras em operação comercial. As unidades 5 e 6 estão em comissionamento, com previsão de geração para os próximos 30 e 45 dias, respectivamente. Essas máquinas continuarão conectadas ao Sistema Elétrico Regional Acre/Rondônia através da subestação provisória de 465 MVA. Com isso, a geração térmica da Região passa a ser gradativamente substituída por hidráulica, porém ainda restrita a 180 MW devido a adequações no sistema, que estão sendo efetivadas pela Eletrobrás.

Até outubro deste ano as oito primeiras unidades geradoras estarão operando. Com isso, estará em pleno funcionamento a primeira Casa de Força da UHE Santo Antônio, localizada na margem direita do rio Madeira.

O Consórcio prevê contar com dez a doze unidades em operação até dezembro deste ano. Os testes de comissionamento da 1ª etapa do Sistema de Transmissão do Madeira, que corresponde ao sistema Back-to-Back, foram iniciados agora, pois demandam a geração de quatro unidades de Santo Antônio. O bipolo (linha de 600 kV em corrente contínua) e as Subestações Conversoras (Porto Velho e Araraquara) não recuperaram seus atrasos. Na melhor das hipóteses, essas instalações estarão sendo testadas no final de 2012.

### 1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 564 MW de potência adicional até 2015. Já no cenário otimista, até 2016, devem entrar em operação 1,3 mil MW. As três pequenas centrais hidrelétricas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não têm previsão para a contratação de 32 MW previstos.

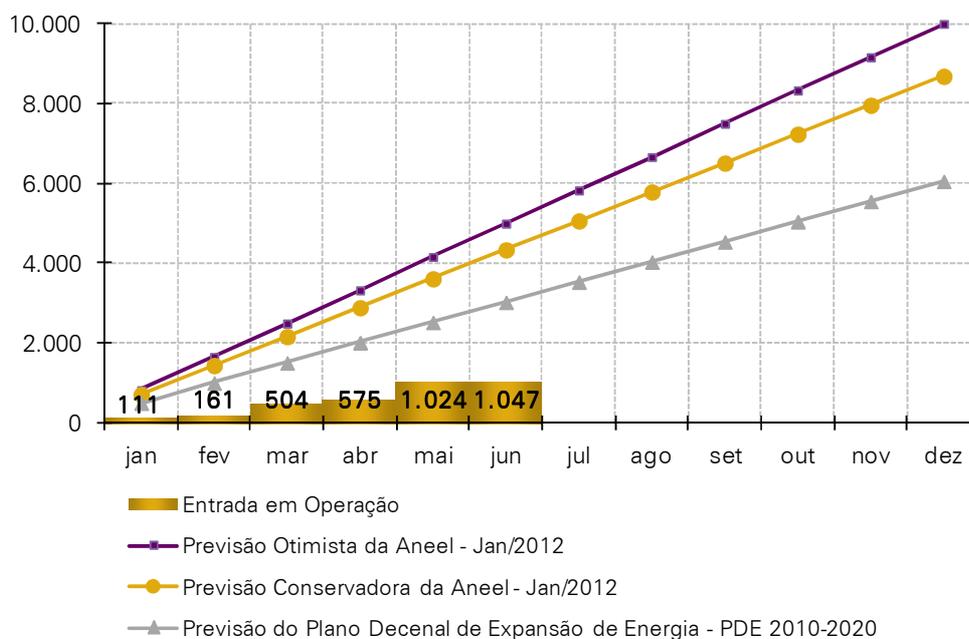
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,3 mil MW até 2014. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,8 mil MW até 2015. As seis usinas a biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

No cenário conservador, as usinas eólicas devem acrescentar 1,8 MW até 2015, sendo 93 MW (5%) referentes às usinas pertencentes ao PROINFA. Na previsão otimista, espera-se um incremento de 6,4 mil MW até 2015.

### 1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

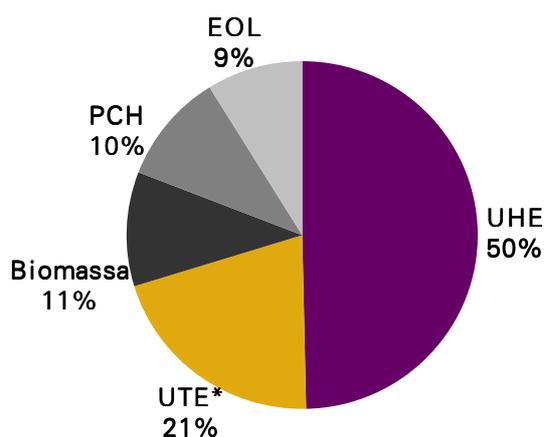
Expansão da Capacidade de Geração em 2012 (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2012, até 15 de junho, entraram em operação 1.047 MW. Desse total, as UTEs representaram 21% da potência total instalada. As UHEs representaram 50% da potência total instalada, no período, com a entrada em operação de 520 MW. As PCHs e EOLs representaram cada uma, respectivamente, 10% e 9% da capacidade instalada no período. As UTEs a biomassa representam 11% da potência instalada.

### Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de junho de 2012



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

\* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

## 1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em junho de 2012, 36.507 GWh, apresentando crescimento de 5% em relação a junho de 2011. No acumulado do ano, o crescimento também foi de 5%.

Em junho de 2012, o consumo industrial de energia elétrica foi de 15.165 GWh, valor 1% inferior ao observado no mesmo mês de 2011.

Em junho, a Região Nordeste fechou o consumo industrial em queda de 5,2%, principalmente por conta do menor consumo das indústrias dos ramos químico e metalúrgico, seguidas pelas Regiões Norte e Sudeste, respectivamente, 1,4% e 2%.

As demais regiões apresentaram crescimento no consumo industrial em comparação com junho de 2011. As Regiões Sul e Centro-Oeste expandiram o consumo, respectivamente, em 1,7% e 8%. O Centro-Oeste continua como a Região a apresentar a maior expansão mensal no consumo industrial de energia (17%). Isto ainda se deve à maturação de novos projetos industriais, que demandaram carga a partir do segundo semestre do ano passado.

## Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Junho 2011	Junho 2012	Var. %	Jan-Jun 2011	Jan-Jun 2012	Var. %
Residencial	8.893	9.582	8	56.031	58.786	5
<b>Industrial</b>	<b>15.350</b>	<b>15.165</b>	<b>-1</b>	<b>90.023</b>	<b>91.467</b>	<b>2</b>
Comercial	5.721	6.269	10	36.982	39.709	7
Outras	4.946	5.491	11	30.459	33.390	10
<b>Total</b>	<b>34.910</b>	<b>36.507</b>	<b>5</b>	<b>213.495</b>	<b>223.352</b>	<b>5</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

## 2. Petróleo

### 2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de junho de 2012 foi de 63 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 5% inferior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. O crescimento da produção de petróleo no acumulado do ano foi de 1% em comparação a 2011.

O grau API médio do petróleo produzido em junho de 2012 foi de aproximadamente 23,9°, sendo que 9% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 56% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 35% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

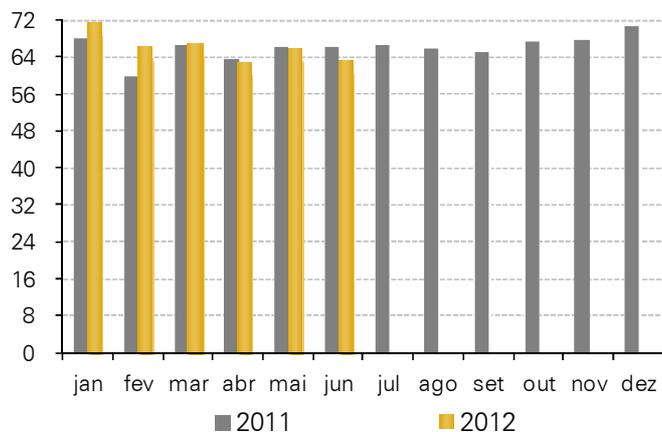
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em junho de 2012, foi de 57 milhões bep. Esse volume foi 12% superior ao observado em junho de 2011. No acumulado do ano, o crescimento foi de 3%.

De acordo com a ANP, em junho de 2012, cerca de 91% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em junho de 2012, foi de 11 milhões bep, valor 40% inferior ao exportado em junho de 2011. No acumulado do ano, esse volume foi 6% inferior em comparação ao mesmo período do ano anterior.

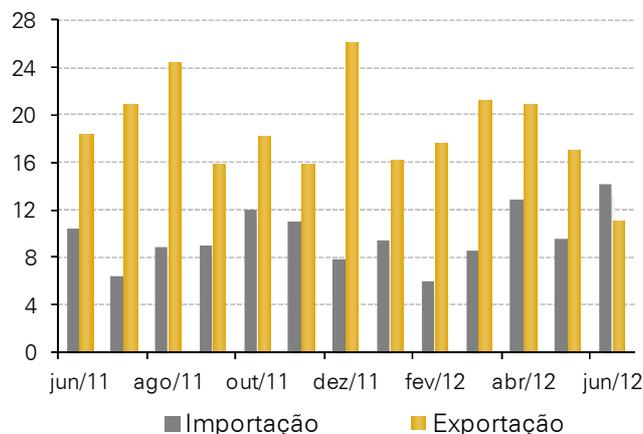
O preço médio do petróleo importado pelo País, em junho de 2012, foi de US\$ 117,70/barril, valor 6% inferior ao observado em junho de 2011.

### Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



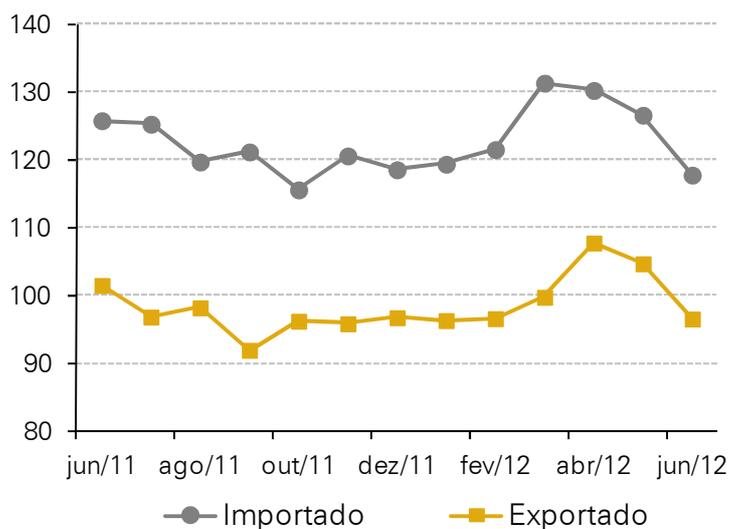
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

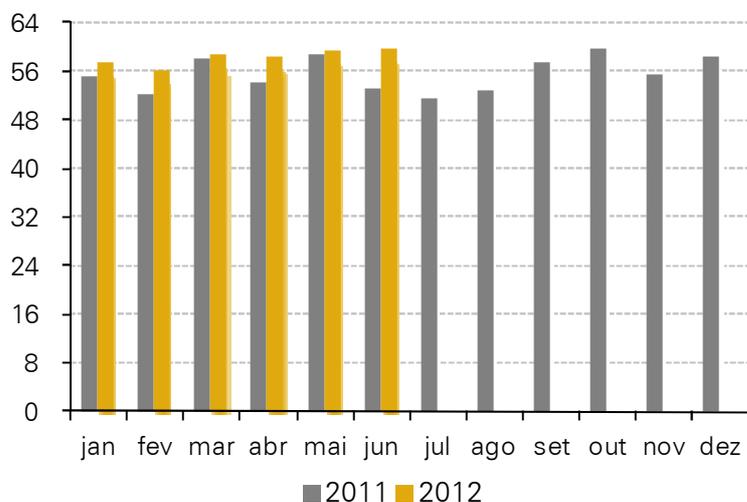


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

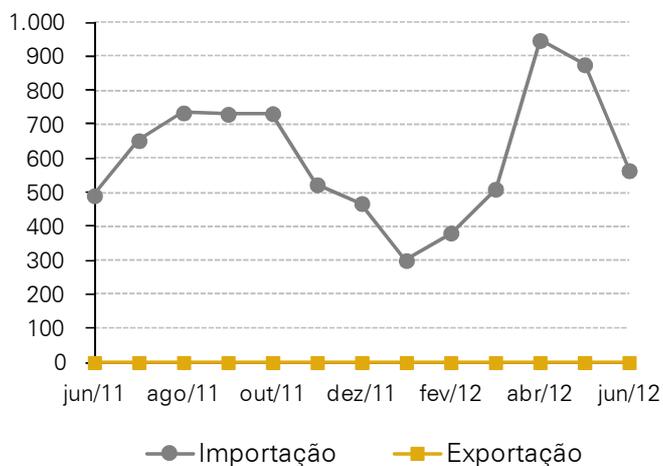
Em junho de 2012, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 60 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m<sup>3</sup>), valor 12% superior ao produzido em junho de 2011. Até junho de 2012, a produção apresentou aumento de 1% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

### Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



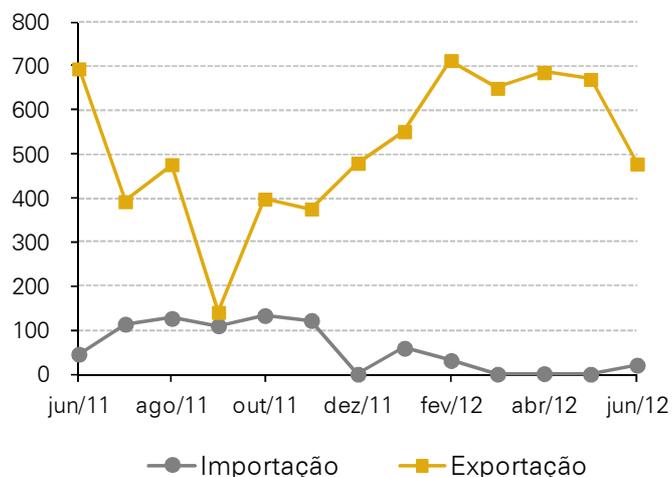
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Importação e Exportação de Nafta (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m<sup>3</sup>)

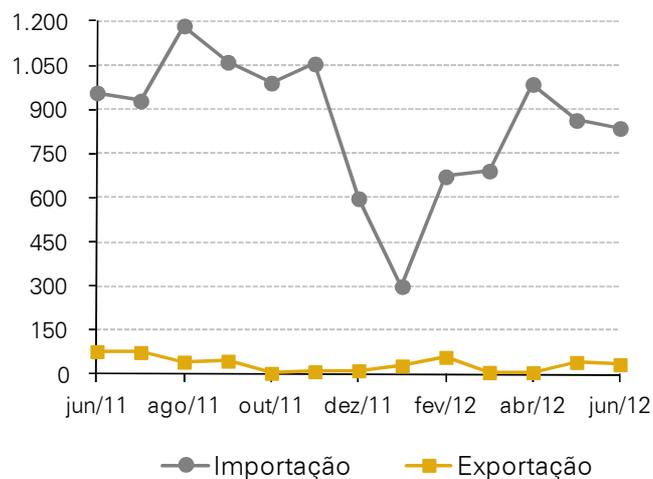


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em junho de 2012, foi de 15 milhões bep, valor 1% superior ao registrado em junho do ano anterior. Até junho, o volume de derivados importado foi 17% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

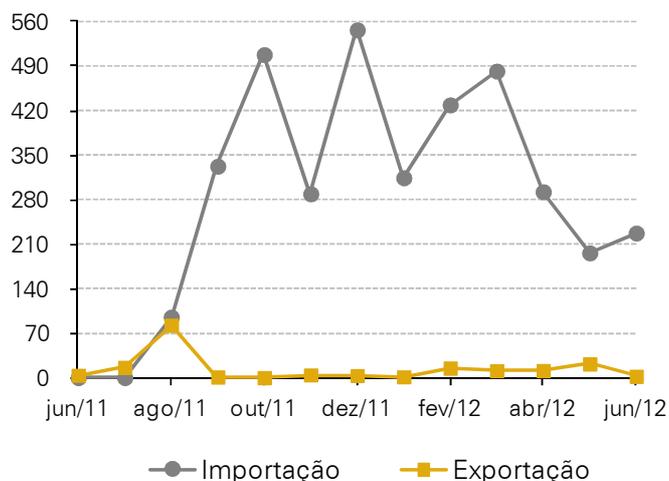
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em junho de 2012, foi constatado um total de 7 milhões bep, o que representa um volume 19% inferior ao mesmo mês de 2011. No acumulado do ano, esse volume foi 6% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

### Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Importação e Exportação de Gasolina (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 2.3. Dependência Externa (ANP)

Em junho de 2012, o Brasil registrou uma dependência externa positiva de 14% na balança comercial de petróleo e derivados. No acumulado do ano, a dependência externa foi negativa, no valor de 2%.

### Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	jun/2011	jan-jun/2011	jun/2012	jan-jun/2012
Produção de Petróleo (a)	66	391	63	396
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-8	-46	3	-43
Imp. Líq. de Derivados (c)	6	25	8	34
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	64	370	74	387
Dependência Externa (e)=(d-a)	-2	-21	11	-10
<b>Dependência Externa (%) (e)/(d)</b>	<b>-4</b>	<b>-6</b>	<b>14</b>	<b>-2</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em junho de 2012, apresentou saldo negativo de US\$ 1,5 bilhão FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 1,5 bilhão FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido positivo em US\$ 377 milhões FOB.

No acumulado do ano, a balança apresentou saldo negativo de US\$ 1.514 milhão FOB.

## Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	jun/11	jan-jun/2011	jun/12	jan-jun/2012
<b>Petróleo</b>				
Receita com exportação (a)	1.867	10.106	1.065	10.461
Dispêndio com importação (b)	802	7.529	1.664	7.513
Balança Comercial (c)=(a-b)	1.065	2.577	-599	2.947
<b>Derivados</b>				
Receita com exportação (d)	1.004	4.901	829	5.783
Dispêndio com importação (e)	1.692	7.806	1.745	10.244
Balança Comercial (f)=(d-e)	-688	-2.906	-916	-4.461
<b>Petróleo e Derivados</b>				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	2.871	15.007	1.894	16.243
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.494	15.335	3.409	17.757
Balança Total (i)=(g)-(h)	377	-328	-1.515	-1.514

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

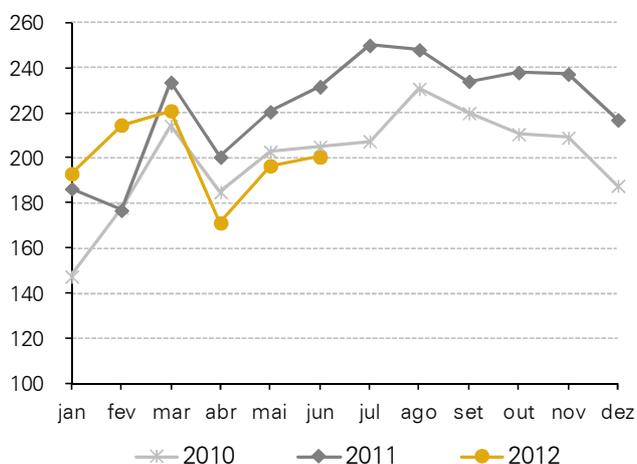
## 3. Biocombustíveis

### 3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em junho de 2012, foi de 200 mil m<sup>3</sup>, montante 13% inferior ao produzido em junho de 2011. No acumulado do ano, a produção foi 4% inferior.

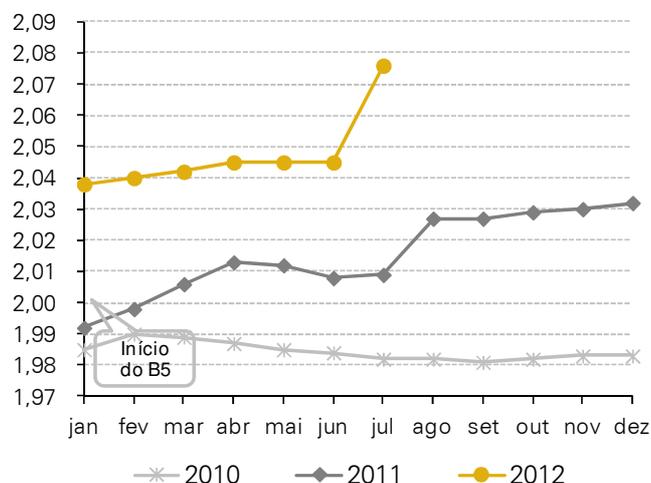
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em junho de 2012, foi de R\$ 2,04/ ℓ, valor 1,8% superior observado em junho de 2011.

**Produção de Biodiesel**  
(mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Preço ao Consumidor do Diesel B5**  
(R\$/ℓ)\*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

\*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

## 3.2. Álcool

### 3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2011/2012 produziu, até o dia 1º de junho de 2012, 22.715 mil m<sup>3</sup> de álcool, sendo 14.077 mil m<sup>3</sup> referentes à produção de álcool etílico hidratado (62%). Em relação ao mesmo período da safra 2010/2011, houve uma diminuição de 28% na produção de álcool hidratado.

A produção total de álcool foi 18% inferior em relação à safra anterior, puxada pela diminuição da produção do álcool hidratado.

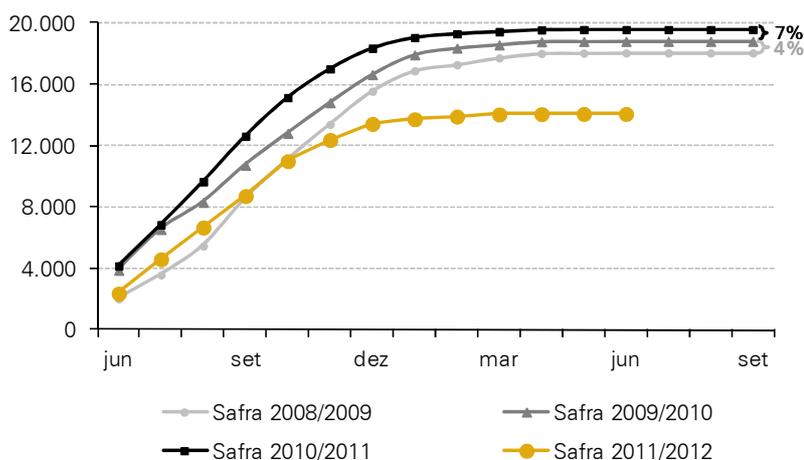
A produção de açúcar também apresentou queda. Até 1º de junho de 2012, produziu-se 35.964 mil ton de açúcar, volume 6% inferior ao observado no mesmo período da safra 2010/2011.

### Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2010/2011 (até 1º de junho de 2011)	Safra 2011/2012 (até 1º de junho de 2012)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m <sup>3</sup> )	8.027	8.624	7
Álcool Hidratado (mil m <sup>3</sup> )	19.577	14.077	-28
<b>Total Álcool (mil m<sup>3</sup>)</b>	<b>27.604</b>	<b>22.701</b>	<b>-18</b>
<b>Açúcar (mil ton)</b>	<b>38.174</b>	<b>35.964</b>	<b>-6</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

### Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

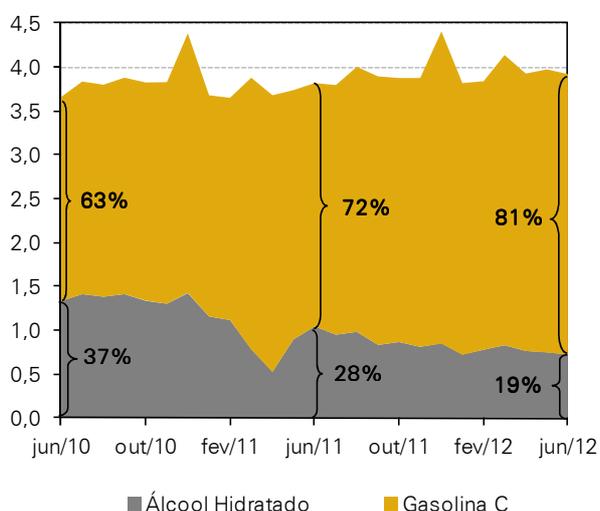
O início da safra 2012/2013 apresentou queda em relação ao mesmo período da safra 2011/2012. A produção de álcool e açúcar foi inferior, respectivamente, em 31% e 23%.

### 3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 731 mil m<sup>3</sup> em junho de 2012. Esse número representa uma diminuição de 31% em relação a junho de 2011. No acumulado do ano, as vendas foram 17% inferiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

Em junho de 2012, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 1,94/ℓ, valor similar ao registrado em junho de 2011.

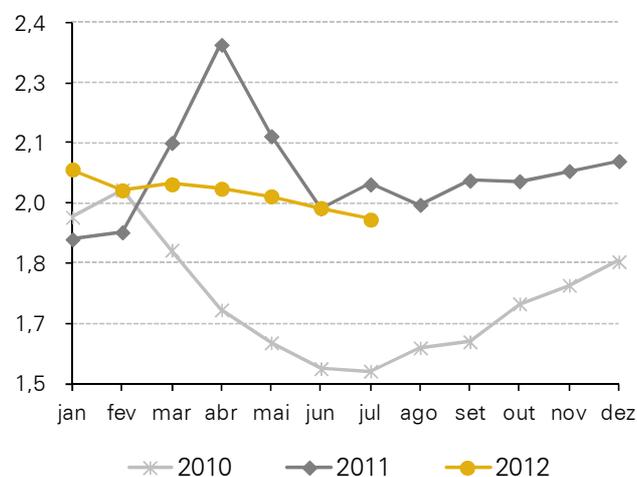
**Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C<sup>1</sup>**  
(milhão m<sup>3</sup>)



<sup>1</sup>Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.

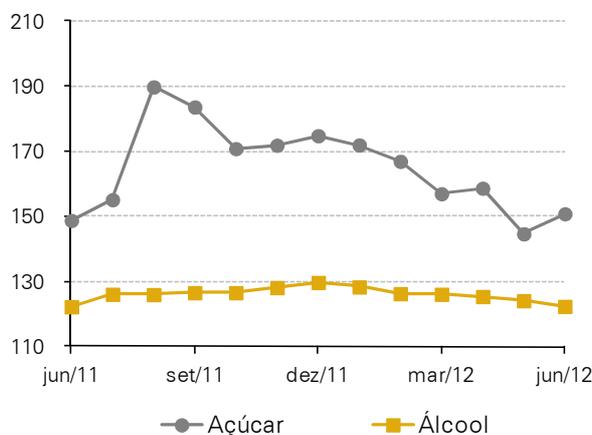
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado**  
(R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Índice de Preço do Açúcar\* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

\* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

## 4. Gás Natural

### 4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em junho de 2012, foi de 71.982 mil m<sup>3</sup>, representando um aumento de 7% comparado à média verificada em junho de 2011. No acumulado do ano, esse valor foi 6% superior ao apresentado no mesmo período de 2011.

A importação de gás natural realizada pelo País em junho de 2012 foi de 37.333 mil m<sup>3</sup>/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 84.864 mil m<sup>3</sup>/dia. Este montante é 17% superior ao observado em junho de 2011. No acumulado do ano, a oferta total de gás natural foi 18% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 36% em junho de 2012. Em junho de 2011, essa proporção havia sido de 40%.

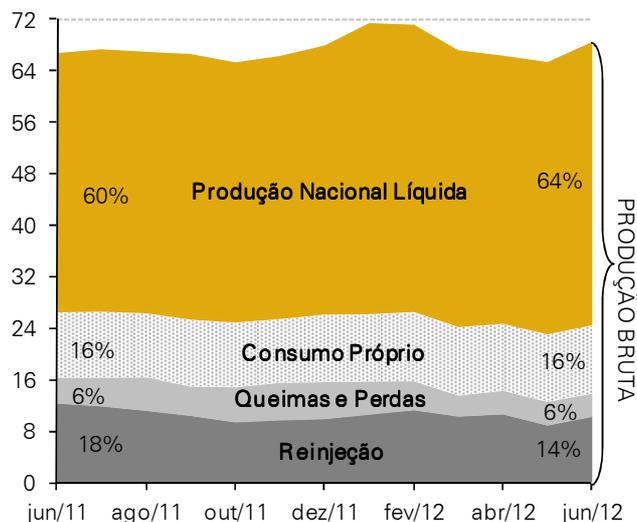
#### Balço do Gás Natural no Brasil (mil m<sup>3</sup>/dia)

	Média em jun/2011	Média do período jan-jun/2011	Média em jun/2012	Média do período jan-jun/2012
<b>Produção Nacional<sup>1</sup></b>	<b>67.268</b>	<b>64.498</b>	<b>71.982</b>	<b>68.361</b>
- Reinjeção	11.828	11.968	10.321	10.258
- Queimas e Perdas	4.468	4.315	3.570	3.708
- Consumo Próprio	10.227	10.102	10.561	10.556
<b>= Produção Nac. Líquida</b>	<b>40.744</b>	<b>38.113</b>	<b>47.531</b>	<b>43.839</b>
+ Importação	32.063	27.832	37.333	33.779
<b>= Oferta</b>	<b>72.807</b>	<b>65.944</b>	<b>84.864</b>	<b>77.618</b>

<sup>1</sup>Não inclui Gás Natural Liquefeito.

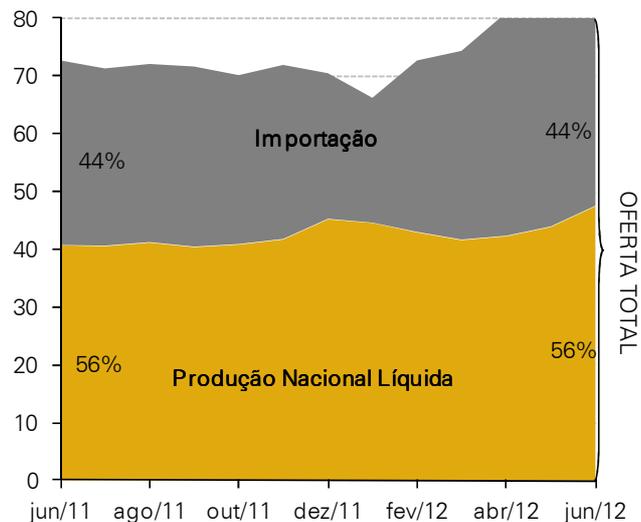
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m<sup>3</sup>/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Oferta Total de Gás Natural (milhão m<sup>3</sup>/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em junho de 2012 foi, em média, de 55 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Essa média é 12% superior ao volume médio diário consumido em junho de 2011. No acumulado do ano, o consumo nacional foi 14% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

### Consumo de Gás Natural por Segmento

	médio (mil m <sup>3</sup> /dia)		Variação %	
	jun/12	jan-jun/2012	jun-2012/ jun-2011	Acumulado do ano
<b>Industrial</b>	<b>28.311</b>	<b>28.393</b>	<b>-3</b>	<b>-1</b>
Automotivo	5.251	5.317	0	0
Residencial	1.139	855	6	-1
Comercial	771	698	3	4
Geração Elétrica	13.851	12.454	49	82
Co-geração*	3.241	3.060	10	-1
Outros	2.414	2.115	134	122
<b>Total</b>	<b>54.978</b>	<b>52.894</b>	<b>12</b>	<b>14</b>

\*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

O setor industrial, em junho de 2012, consumiu 28 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural, o que representa uma diminuição de 3% em relação ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo médio diário da indústria foi 1% inferior em relação ao mesmo período de 2011.

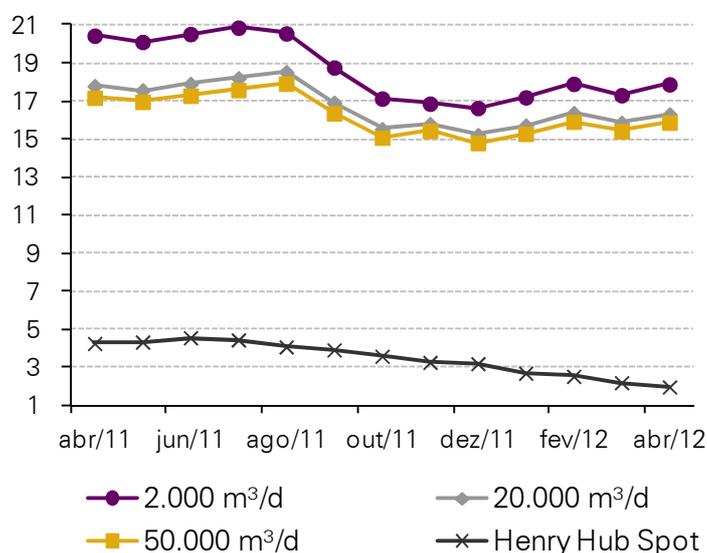
A indústria foi responsável por 51% do volume total de gás consumido em junho de 2012. O setor foi seguido pela geração elétrica responsável por 25% do consumo de gás natural em junho de 2012. No acumulado do ano, o despacho térmico cresceu 82%.

### 4.3. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em abril de 2012, foi de US\$ 16,68/MMBtu, valor 10% inferior ao apresentado em abril de 2011 (US\$ 18,47/MMBtu). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em abril de 2012, o preço médio ponderado do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 1,95/MMBtu, valor 54% inferior ao apresentado em abril de 2011 (US\$ 4,24/MMBtu). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

#### Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial<sup>1</sup> e do Mercado Spot Henry Hub<sup>2</sup> (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

<sup>1</sup> Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

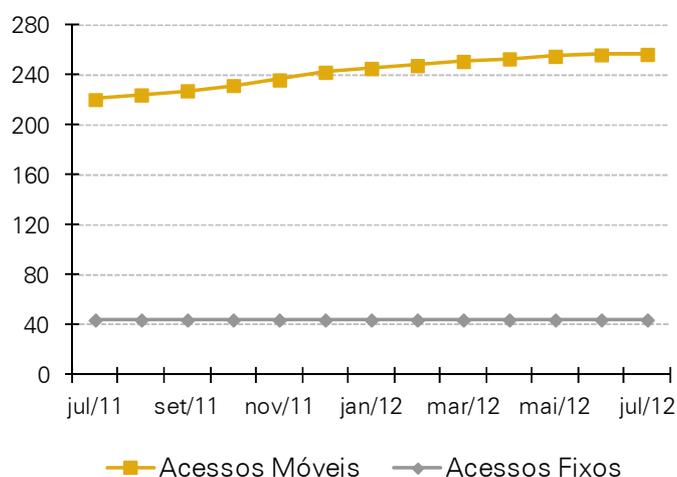
<sup>2</sup> Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

## 5. Telecomunicações

### 5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em julho de 2012, o número de acessos móveis em operação foi de 256 milhões, montante 16% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos tem sido de aproximadamente 1,3% ao mês.

**Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação  
(milhão)**



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em julho de 2012, o número de acessos fixos foi de 44,1 milhões, valor similar ao averiguado em julho de 2011.

## 6. Transportes

### 6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em abril de 2012, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve diminuição de 2%, enquanto a movimentação de granel líquido foi 6% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

## Movimentação Total de Cargas – por natureza\* (mil t)

	Período		Varição %
	Abr/2011	Abr/2012	Abr-2012 / Abr-2011
<b>Granel Sólido (a)</b>	<b>44.755</b>	<b>44.066</b>	<b>-2%</b>
<i>Portos Públicos</i>	16.564	13.641	-18%
<i>TUPs</i>	28.191	30.424	8%
<b>Granel Líquido (b)</b>	<b>18.571</b>	<b>17.392</b>	<b>-6%</b>
<i>Portos Públicos</i>	3.745	3.466	-7%
<i>TUPs</i>	14.826	13.926	-6%
<b>Carga Geral Solta (c)</b>	<b>4.381</b>	<b>3.353</b>	<b>-23%</b>
<i>Portos Públicos</i>	1.258	896	-29%
<i>TUPs</i>	3.123	2.457	-21%
<b>Total (a+b+c)</b>	<b>67.707</b>	<b>64.811</b>	<b>-4%</b>
<i>Portos Públicos</i>	21.567	18.004	-17%
<i>TUPs</i>	46.140	46.807	3%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

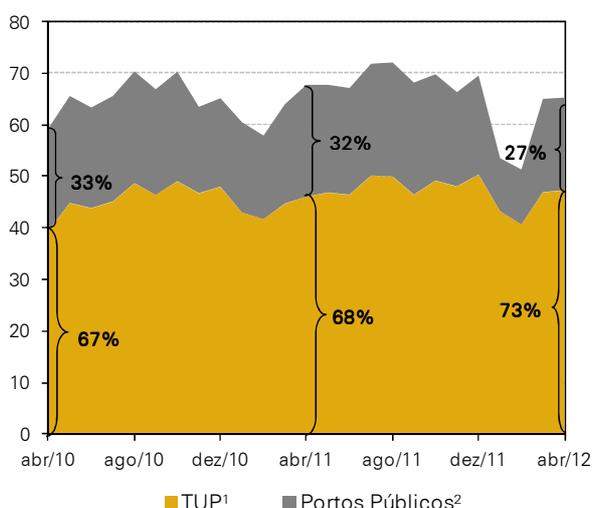
\* Terminais de uso privativo (104 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em abril de 2012, foi 4% inferior em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Em abril de 2012, os TUPs representaram 73% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 46.807 mil toneladas, volume 3% superior a abril de 2011. Os portos públicos movimentaram 18.004 mil toneladas em abril de 2012, volume 17% inferior ao mesmo mês do ano anterior.

## Movimentação Total de Cargas (milhões t)

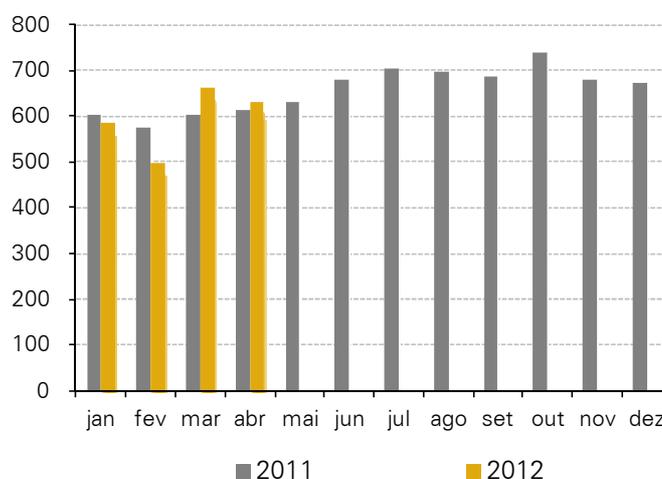


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Terminais de uso privativo (104 instalações)

<sup>2</sup> Portos públicos (33 instalações)

## Movimentação Total de Contêineres\* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

\* Terminais de uso privativo (104 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

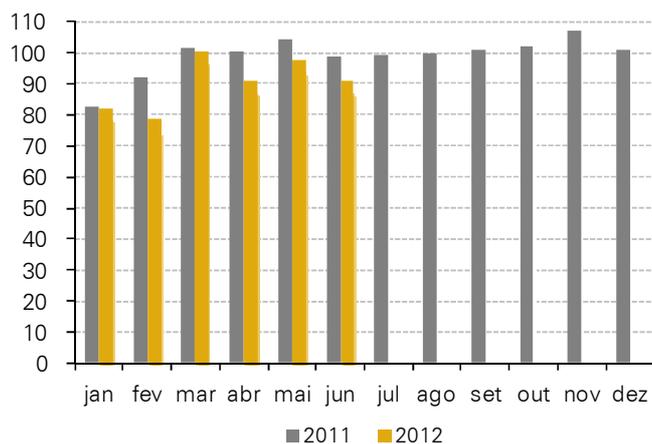
A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País em abril de 2012 foi de 633.599 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 3% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

## 6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Em junho de 2012, 16,5 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero, volume 19% superior ao ocorrido no mesmo período de 2011. Observa-se um crescimento contínuo da movimentação dos passageiros.

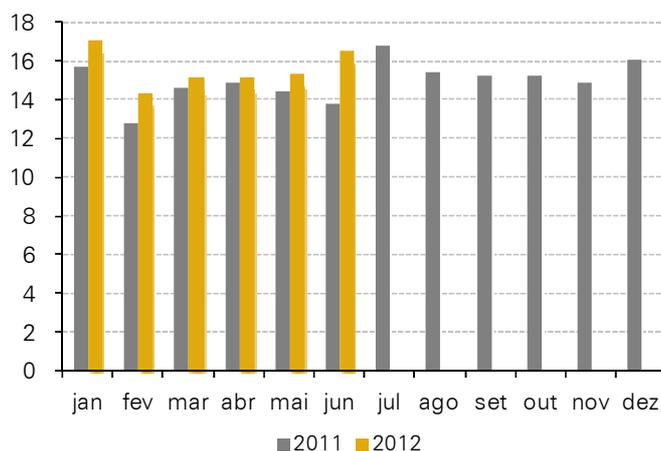
A movimentação de carga aérea total no País, em junho de 2012, foi de 91 mil toneladas, montante 8% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior.

**Movimentação mensal de Cargas (mil toneladas)**



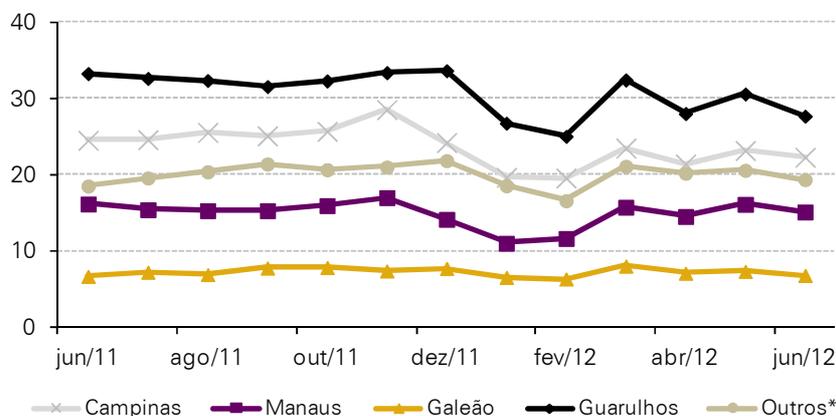
Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

**Movimentação mensal de Passageiros (mil)**



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

**Carga Aérea nos Principais Aeroportos<sup>1</sup> (mil toneladas)**



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

<sup>1</sup> Dados referente a carga movimentada na Rede de Terminais de Logística de Carga (TECA).

\*30 demais aeroportos da rede TECA não mencionados

## Movimentação Mensal e Acumulada de Passageiros nos Aeroportos\*

Ano	Jan-Jun (mil)	Variação (%)	Junho (mil)	Variação (%)
2003	33.986	-	5.472	-
2004	38.570	13	6.487	19
2005	45.024	17	7.443	15
2006	50.717	13	8.400	13
2007	55.028	9	9.154	9
2008	57.586	5	9.426	3
2009	58.266	1	10.150	8
2010	71.821	23	11.733	16
2011	86.167	20	13.817	18
2012	93.632	9	16.509	19

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

\* Aeroportos gerenciados pela Infraero (66 aeroportos).

### 6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a junho de 2012, foi de 220 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 9% superior ao mesmo período de 2011. Nesse período, a produção carga geral não containerizada e soja e farelo de soja foram os setores que apresentaram maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias, 219% e 64% cada. O minério de ferro correspondeu a 76% do total movimentado em junho de 2012.

## Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Jun

Ano	2011	2012	Variação (%)
	Jan-Jun (mil TU)	Jan-Jun (mil TU)	
Minério de Ferro	160.587	166.602	4
Soja e Farelo de Soja	9.400	15.399	64
Indústria Siderúrgica	6.952	8.296	19
Carvão/Coque	4.946	5.535	12
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	3.498	4.917	41
Grãos Minerais	4.045	4.684	16
Produção Agrícola (exceto soja)	4.191	4.474	7
Aubos e Fertilizantes	1.779	2.758	55
Indústria Cimenteira e Construção Civil	2.043	2.349	15
Extração Vegetal e Celulose	1.624	2.299	42
Cimento	1.151	1.480	29
Container	912	1.204	32
Carga Geral - Não Containerizada	43	137	219
<b>Total</b>	<b>201.171</b>	<b>220.134</b>	<b>9</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

### 6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em julho de 2012, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 59,6 milhões de toneladas, montante 1% superior ao averiguado em julho do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 95%. No acumulado do ano, a movimentação total de exportação e importação foi 1% inferior a observada no mesmo período de 2011.

### Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	jul/2012	jan-jul/2012	jul-2012 / jul-2011	Acumulado do ano
Marítimo	56.675	355.999	2	0
Fluvial	1.238	7.627	-19	-24
Aéreo	111	824	-100	-6
Ferrovário	46	348	-25	-7
Rodoviário	824	6.148	-6	2
Outros*	726	5.386	-12	4
<b>Total</b>	<b>59.621</b>	<b>376.332</b>	<b>1</b>	<b>-1</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

\*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

## 7. Investimentos Privados em Infraestrutura

Até o fechamento desta edição, o BNDES não havia homologado os dados a partir de junho de 2012 para desembolso mensal. Seguem as últimas informações disponíveis.

### 7.1. Desembolsos do BNDES

Em maio de 2012, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 3,6 bilhões, valor 7% superior ao valor aportado em abril do ano anterior. Em 2012, até maio, o desembolso do BNDES totalizou R\$ 16,5 bilhões, montante 4% inferior ao observado no mesmo período 2011.

#### Desembolso mensal BNDES

Setor	mai/2011 R\$ milhão	jan-mai/2011 R\$ milhão	mai/2012 R\$ milhão	Participação %	jan-mai/2012 R\$ milhão	acum-12/acum-11 %
Refino e Álcool	218	1.077	100	3	697	-35
Energia Elétrica e Gás Natural	893	3.625	1.611	45	6.018	66
Saneamento	152	717	66	2	654	-9
Telecomunicações	167	306	5	0	608	99
Transporte	2.427	11.573	1.802	50	8.572	-26
<i>Aéreo</i>	55	234	1	-	18	-92
<i>Aquaviário</i>	68	501	249	-	613	22
<i>Terrestre</i>	2.304	10.838	1.551	-	7.940	-27
<b>Total Infraestrutura</b>	<b>3.857</b>	<b>17.298</b>	<b>3.583</b>	<b>100</b>	<b>16.550</b>	<b>-4</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

## 8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

### 8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2012 foi de, aproximadamente, R\$ 2,2 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 90 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 4% do orçamento total de 2012 ou 2% do PIB de 2011, que totalizou R\$ 4,143 trilhões.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto e em relação ao orçamento total (R\$ 17,7 bilhões, ou 20% do orçamento de investimentos).

Do orçamento de investimentos da União para 2012, foram empenhados, até o dia 29 de agosto, R\$ 29,9 bilhões (33% do autorizado). O montante liquidado foi de R\$ 9,4 bilhões e pago foi de R\$ 9,1 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 27 bilhões.

## 8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 17,7 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2012, R\$ 6,9 bilhões foram empenhados (39% do orçamento) até o dia 29 de agosto. O montante liquidado e pago foi de R\$ 1,2 bilhão. Os restos a pagar pagos somam R\$ 4,1 bilhões.

Cerca de 78% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 13,8 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,7 bilhões, ou 15%) e hidroviário (apenas R\$ 421 milhões).

## 8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2012, cerca de R\$ 176 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 5,9 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 10,4 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 51,5 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2012.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 36% foram pagos até 29 de agosto (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 32% do total de restos a pagar inscritos.

## 9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2012, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 47,3 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 37% no Ministério das Cidades (R\$ 17,5 bilhões) e 33% no Ministério dos Transportes (R\$ 15,5 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou 43% do orçamento autorizado, até 29 de agosto. A liquidação foi de R\$ 5,4 bilhões e o pagamento realizado foi de R\$ 5,3 bilhões. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 16,3 bilhões. Restam R\$ 21,2 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

# ANEXOS

## Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2012 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 29/08/2012\*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.022	165	16	18	2	16	2	323	339	485
MAPA	1.829	308	17	32	2	10	1	404	414	534
MCT	1.744	363	21	170	10	142	8	438	580	565
MDIC	0	0	-	11	-	11	-	38	50	42
MME	124	37	30	10	8	10	8	23	33	16
<b>M. Transportes</b>	<b>17.714</b>	<b>6.886</b>	<b>39</b>	<b>1.220</b>	<b>7</b>	<b>1.194</b>	<b>7</b>	<b>4.124</b>	<b>5.318</b>	<b>6.075</b>
M. Comunicações	103	10	10	1	1	1	1	31	32	32
MMA	218	19	9	3	1	3	1	36	39	9
MDA	2.190	139	6	33	1	29	1	455	484	440
M. Defesa	11.390	5.220	46	2.395	21	2.254	20	1.849	4.104	1.850
M. Int. Nacional	6.781	2.177	32	711	10	710	10	1.294	2.004	3.742
M. das Cidades	9.644	3.165	33	385	4	370	4	1.648	2.018	8.858
Outros**	37.406	11.366	30	4.434	12	4.313	12	7.144	11.457	14.522
<b>Total</b>	<b>90.164</b>	<b>29.854</b>	<b>33</b>	<b>9.425</b>	<b>10</b>	<b>9.064</b>	<b>10</b>	<b>17.808</b>	<b>26.872</b>	<b>37.172</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

\*\* Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

## Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2012 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 29/08/2012\*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferroviário	2.715	733	27	134	5	132	5	423	555	1.162
Hidroviário	421	70	17	10	2	10	2	15	24	221
Portuário	77	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rodoviário	13.877	5.916	43	1.045	8	1.021	7	3.605	4.626	4.414
Outros	625	167	27	32	5	32	5	82	113	279
<b>Total</b>	<b>17.714</b>	<b>6.886</b>	<b>39</b>	<b>1.220</b>	<b>7</b>	<b>1.194</b>	<b>7</b>	<b>4.124</b>	<b>5.318</b>	<b>6.075</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

## Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2012

### Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 29/08/2012\* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	176	(4)	84	88
União	5.870	(441)	1.396	4.032

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

### Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 29/08/2012\* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	10.422	(287)	3.638	6.496
União	51.523	(1.971)	16.412	33.139

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

## Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2012 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 29/08/2012\*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f = d + e)	RP a pagar
Presidência da República	996	665	67	575	58	575	58	187	762	343
M. Planejamento	1.715	0	0	0	-	0	-	0	0	0
MAPA	0	0	-	0	-	0	-	1	1	0
MCT	47	2	-	1	-	1	-	12	13	0
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	550	550	80
MEC	2.848	1.324	47	581	20	565	20	497	1.061	522
MME	22	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Justiça	385	93	24	34	9	33	8	60	93	131
M. Saúde	2.229	1.340	60	485	22	485	22	629	1.114	2.675
<b>M. Transportes</b>	<b>15.515</b>	<b>6.982</b>	<b>45</b>	<b>1.186</b>	<b>8</b>	<b>1.160</b>	<b>7</b>	<b>4.123</b>	<b>5.283</b>	<b>5.828</b>
M. Cultura	301	297	99	17	6	17	6	9	26	19
MDA	1.289	0	0	0	0	0	0	193	193	2
M. Defesa	1.528	345	-	23	-	22	-	144	166	124
M. Integr. Nacional	2.761	863	31	245	9	244	9	843	1.088	1.674
M. Turismo	0	0	-	0	-	0	-	0	0	0
M. Cidades	17.543	8.483	48	2.237	13	2.222	13	9.076	11.298	9.760
<b>Total</b>	<b>47.257</b>	<b>20.395</b>	<b>43</b>	<b>5.385</b>	<b>11</b>	<b>5.324</b>	<b>11</b>	<b>16.324</b>	<b>21.648</b>	<b>21.159</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Documento elaborado com dados disponíveis até 3 de setembro de 2012.